



Editorial - Paisagem, território e poder: leituras críticas em tempos de crise

Danielle Aparecida Arruda [*]

Isadora Parreira Ribeiro [**]

[*] Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF) na linha Narrativas, Imagens e Sociabilidades. Bolsista CAPES. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Referências Culturais, Patrimônio e Educação. Co-fundadora do Ponto de Memória Vozes da Serra Grande. Editora-chefe da Revista Discente Faces de Clio. E-mail: daniellehistjf@gmail.com.

[**] Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF) na linha Narrativas, Imagens e Sociabilidades. Bolsista CAPES. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Referências Culturais, Patrimônio e Educação. Editora-chefe da Revista Discente Faces de Clio. E-mail: isadoraribeiro909@gmail.com

Em um contexto histórico marcado pelo aprofundamento das desigualdades socioambientais, pela intensificação da crise climática e pela consolidação de projetos hegemônicos de ordenamento territorial, a paisagem emerge, cada vez mais, como um campo privilegiado de disputas políticas, simbólicas e materiais. Longe de constituir um mero pano de fundo natural ou urbano a paisagem é produzida historicamente, atravessada por conflitos, memórias, apagamentos e resistências. É a partir dessa compreensão crítica que se estrutura o dossiê *“Paisagem, Território e Poder: leituras críticas em tempos de crise”*, reunindo trabalhos que interrogam os modos pelos quais territórios são apropriados, narrados, regulados e vividos.

Os artigos aqui reunidos dialogam com diferentes escalas temporais e espaciais, mobilizando abordagens interdisciplinares que tensionam noções consagradas de patrimônio, ordem e desenvolvimento. Ao tratar da paisagem como campo de luta e invenção de futuros possíveis, o dossiê evidencia como conflitos territoriais, práticas culturais, políticas de memória e disputas por direitos se materializam tanto em espaços urbanos quanto rurais, em documentos históricos, narrativas midiáticas, práticas artísticas e experiências cotidianas.

Abrindo o dossiê, o artigo *“Crise político-climática e Patrimônio Cultural”*, de Maryanne de Souza Tavares e Wanessa Pires Lott, propõe uma reflexão ampla sobre os impactos da crise

climática nos modelos tradicionais de preservação do patrimônio. Ao articular mudanças ambientais, colonialidade e justiça social, o texto evidencia os limites de políticas patrimoniais centradas na materialidade e aponta para a urgência de abordagens que reconheçam a centralidade dos territórios, das culturas vivas e das populações historicamente vulnerabilizadas. Em uma chave analítica que radicaliza a crítica às estruturas produtoras de vulnerabilidade, o artigo *“Enchentes de 2024: reflexões e inflexões para adiar fins de mundos outros”* de Fernanda Maiato Chagas desloca o olhar do “desastre natural” para os processos históricos de espoliação do capitalismo neoliberal e da colonialidade.

Com um aspecto distinto, porém complementar, que investiga as próprias bases culturais e simbólicas da construção da paisagem brasileira, o artigo de Gilberto César de Noronha e Jakeline Fernandes Cunha *“As palmeiras e o arvoredo: contrastes de verticalidade e volúpias rasteiras na paisagem cultural brasileira”* propõe uma arqueologia das narrativas que forjaram nosso imaginário territorial. Ao analisar como a literatura, as artes e a arquitetura codificaram a paisagem na dialética entre a “linha reta, dura, inflexível” e a “curva livre e sensual”, o texto revela como esses contrastes estéticos carregam, desde suas origens, projetos políticos e ideológicos de ordenamento territorial e construção nacional.

As disputas em torno da paisagem urbana aparecem de forma contundente no artigo *“Do desenvolvimento à segregação: o processo de urbanização em Triunfo – PE no séc. XX”*, de Jefferson Allan da Silva que investiga o processo de urbanização em Triunfo-PE durante a primeira metade do século XX, problematizando como esse período, embora associado ao progresso, promoveu a segregação social, racial e espacial no bairro Alto da Boa Vista, espaço historicamente formado por negros, indígenas e trabalhadores pobres. No trabalho de Gabriel Luz de Oliveira intitulado *“Paisagem em disputa: Vila Aparecida, patrimonialização e a fabricação da ‘desordem’ em Ouro Preto”*, o autor analisa a localidade formada desde meados do século XX por concessões fundiárias, autoconstruções e fluxos migratórios. Argumenta que o bairro não é anomalia, mas produto histórico das contradições entre a reprodução da vida popular e a mercantilização da paisagem. Em *“O Palacete Fellet como paisagem em conflito: narrativas de preservação e resistência urbana em Juiz de Fora/MG”*, Maciel Antonio Silveira Fonseca demonstra como a ruína do palacete, transformada em símbolo da omissão pública e da pressão imobiliária, materializa na escala de um edifício os vastos processos de segregação, negligência e conflito de interesses analisados em outras escalas ao longo do dossiê. Em diálogo, *“A cidade em camadas: patrimônio, tempo e disputas de memória em Vitória da Conquista (BA)”*, de Gabriel Silva Santos e Washington Ramos dos Santos Junior, analisa como diferentes temporalidades se inscrevem na paisagem

urbana, revelando conflitos entre políticas de preservação, usos do espaço e apagamentos de referências culturais.

Ainda no campo das cidades e das desigualdades espaciais, *“Segregação socioespacial e direito à paisagem na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ)”*, de Tamiris Batista Diniz e Guilherme Preato Guimarães, evidencia como raça e classe estruturam a produção da paisagem urbana, revelando padrões persistentes de segregação legitimados pelo Estado. Ainda no campo das cidades e desigualdades espaciais, o artigo de Giovana Brito *“Território, Comunidade e Patrimônio: A Serra do Botafogo e as disputas em torno da mineração em Ouro Preto (MG)”* analisa os impactos da mineração na Serra do Botafogo e as relações de pertencimento construídas pela comunidade, evidenciando as mobilizações em defesa do território, reafirmando a paisagem como espaço de memória e resistência. Já o artigo *“Traços de Rua: a apropriação da Praça Antônio Carlos sob o olhar do skate”*, de Vinícius Costa de Oliveira, desloca o foco mostrando como o skate atua como forma de resignificação da paisagem urbana, produzindo memórias, sociabilidades e tensões frente às regulações institucionais.

As relações entre território, resistência e colonialidade ganham centralidade em *“Decolonizar o Patrimônio: Casa de Oração e Cemitério Quilombola do Castainho como Patrimônio Cultural de Pernambuco”*, de Pollyana Calado de Freitas. A partir do estudo de caso da Comunidade Quilombola do Castainho, o artigo problematiza os limites das políticas patrimoniais tradicionais e defende abordagens decoloniais baseadas na escuta, na justiça histórica e na gestão compartilhada dos bens culturais. A dimensão das narrativas, imagens e representações também ocupa lugar central no dossiê. *“Entre a imagem, o relato e a resistência: o conflito de Cajueiro no documentário ‘Em Busca do Bem Viver’”* de Welliton Soares analisa o documentário de Murilo Santos como contraimagem aos discursos desenvolvimentistas, evidenciando o papel do audiovisual na denúncia de conflitos socioambientais e no fortalecimento das identidades locais. No campo da imprensa, *“Representações do jornal Alto Madeira sobre indígenas durante o ano de 1998: um olhar a partir de Rondônia”*, de Rodrigo dos Santos e Ivandrei Sabino dos Santos, revela como discursos de progresso moldam representações ambíguas dos povos indígenas, mesmo em um contexto de consolidação de direitos constitucionais. Por fim, *“‘A cidade está cheia de flagelados’: Montes Claros como entreposto da migração nordestina (1930–1940)”*, de Pedro Jardel Fonseca Pereira, analisa os deslocamentos forçados, os mecanismos de exclusão urbana e as representações dos migrantes nordestinos, evidenciando como a cidade se constituiu como espaço de controle, triagem e marginalização.

O dossiê também incorpora reflexões históricas que, embora situadas em outros recortes temporais, dialogam diretamente com as disputas por território, cidadania e reconhecimento. Nos artigos livres *“Entre a legalidade e a anarquia: o discurso de O Combatente e a oposição do Partido Republicano Rio-Grandense ao governo da dissidência republicana”*, de Eduardo Prates Bordinhão, analisa o papel da imprensa na construção de narrativas políticas durante a crise republicana no Rio Grande do Sul no final do século XIX. *“Dona Inácia Cletta de São José: entre a devoção e a rebeldia”*, de Sabrina Alves da Silva, evidencia estratégias de resistência feminina frente às estruturas patriarcais coloniais, enquanto *“A compra da liberdade: apontamentos paleográficos e históricos de uma carta de alforria”*, de Soélis Teixeira do Prado Mendes e Lucas de Melo Machado, expõe experiências de agência e negociação no contexto da escravidão nas Minas setecentistas. Para fechar esta edição o artigo *“Direitos humanos e cidadania: conexões entre a Constituição brasileira de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948”*, de Juliano Gualberto Ribeiro e Leandro Brunelo, revisita a Constituição de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, oferecendo um pano de fundo normativo para pensar as lutas por direitos, território e dignidade que atravessam os demais artigos do dossiê.

Fiel à proposta da *Faces de Clio*, este dossiê reafirma a História como prática crítica do presente, atenta às múltiplas temporalidades que atravessam os territórios e às disputas que neles se inscrevem. As paisagens aqui analisadas não são vestígios imóveis, mas processos vivos, tecidos por conflitos, silenciamentos e resistências que articulam passado, presente e futuro. Ao reunir documentos, imagens, narrativas, práticas culturais e experiências corporais, os artigos convocam o leitor a deslocar o olhar da paisagem como herança estabilizada para a paisagem como campo de luta, memória em movimento e direito em disputa. Que este dossiê seja lido como exercício historiográfico e político, um gesto de escuta e inquietação, capaz de ampliar perguntas, tensionar consensos e afirmar a História como ferramenta indispensável para imaginar e disputar outros modos de habitar o mundo.

Boa leitura!